



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APresentação: Submetemos a apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Scania Banco S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No exercício, o Banco apresentou um lucro de R\$ 21.156, correspondente a R\$ 0,1058 por ação. Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 12,63%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras-banco/>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima. O Banco elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2015. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 12 de março de 2019. São Bernardo do Campo, 12 de março de 2019. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
ATIVO				
Circulante	1.012.956	885.588	1.054.145	627.306
Disponibilidades (Nota 5)	539	154	317.345	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6)	92.022	92.012	317.345	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.022	92.012	597.810	605.875
Operações de crédito (Nota 8)	877.728	776.613	40.859	-
Operações de crédito - setor privado	887.644	774.252	556.951	605.875
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (9.916)	-	(17.639)	27.225	21.431
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	13.136	2.047	1.088	305
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	13.200	2.068	12.179	3.105
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (64)	-	(21)	1.037	1.203
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	13.467	-	12.831	16.818
Carteira com características de concessão de crédito - setor privado	13.580	-	1.350.386	1.068.733
Provisão para operações de concessão de crédito de liquidação duvidosa (113)	-	-	111.855	-
Outros créditos (Nota 9)	15.931	28.850	111.855	989.579
Rendas a Receber	14	14	310.000	-
Diversos (Nota 9)	15.917	28.836	961.051	989.579
Outros valores e bens	133	5.912	79.100	79.100
Outros valores e bens	133	5.912	235	54
Realizável a longo prazo	1.678.545	1.075.574	79.100	79.100
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	662	598	1.887	2.336
Títulos de Renda Fixa	662	598	288.213	267.057
Operações de crédito (Nota 8)	1.607.457	1.022.761	200.000	200.000
Operações de crédito - setor privado	1.621.422	1.032.842	4.738	3.680
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (13.965)	-	(10.081)	83.475	63.377
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	30.968	1.546	-	-
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	31.125	1.561	-	-
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (157)	-	(15)	-	-
Outros créditos (Nota 9)	39.458	50.669	-	-
Diversos	39.458	50.669	-	-
Permanente	3.130	4.270	-	-
Investimentos em controlada (Nota 10)	2.994	4.043	-	-
Imobilizado de uso	-	9	-	-
Intangível	136	218	-	-
Total do ativo	2.694.631	1.965.432	2.694.631	1.965.432
PASSIVO				
Circulante				
Depósitos (Nota 12)				
Depósitos a prazo				
Obrigações por empréstimos e repasses				
Empréstimos no exterior (Nota 13a)				
Repasses do país (Nota 13b)				
Outras obrigações				
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados				
Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)				
Dividas subordinadas (Nota 14c)				
Diversos (Nota 14b)				
Exigível a longo prazo				
Depósitos (Nota 12)				
Depósitos a prazo				
Obrigações por empréstimos e repasses				
Empréstimos no exterior (Nota 13a)				
Repasses do país (Nota 13b)				
Outras obrigações				
Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)				
Dividas subordinadas (Nota 14c)				
Resultado dos exercícios futuros (Nota 15)				
Patrimônio líquido (Nota 16)				
Capital				
De domiciliados no exterior				
Reserva legal				
Reserva estatutária				
Total do passivo e patrimônio líquido	2.694.631	1.965.432	2.694.631	1.965.432

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações em 1º de janeiro de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor - CDC e Vendor. As operações visam suprir as vendas aos clientes de produtos da marca Scania e. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 12 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Societies por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Instruções CDB nº 1.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Têm significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil". Os pronunciamentos contábeis já aprovados pela Administração são: Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 1.444/12; CPC01 - Redução do valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticos Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Imobilizado - Resolução CMN nº 3.973/11; Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais práticas contábeis: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos juros auferidos até a data do balanço, deduzidos do provisão para desvalorização, fundo de liquidez. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao pagamento da dívida. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 60º dia de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somadas e reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão exigida e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8. f) **Outros Valores e Bens:** Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em razão de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para valor recuperável. g) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja avaliação é avaliada semestralmente. h) **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. i) **Outros Créditos - Diversos:** São desenvolvidos pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável. j) **Depósitos, empréstimos e repasses:** São registrados pelo custo de aquisição, exceto as operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. k) **Outras obrigações - Diversas:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. l) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, para instituições financeiras independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação. m) **Resultado de Exercícios Futuros:** Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas nas regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Está contemplados os seguintes riscos: **Risco de crédito:** Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matrix e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2018		2017	
	Segundo semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	133.908	235.279	179.589	-
Operações de crédito	127.144	225.642	161.306	-
Operações de arrendamento mercantil	6.379	7.659	2.797	-
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	385	1.978	15.486	-
Despesas da intermediação financeira	(83.378)	(176.533)	(129.959)	-
Operações de captação no mercado	(13.128)	(16.506)	(8.401)	-
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(66.441)	(123.084)	(91.735)	-
Operações de arrendamento mercantil	(4.661)	(5.781)	(2.524)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	852	(31.162)	(27.299)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	50.530	58.746	49.630	-
Outras receitas / (despesas) operacionais	(7.394)	(16.095)	(11.806)	-
Rendas de prestação de serviços	2.684	4.870	3.197	-
Despesas de pessoal (Nota 17)	(11.709)	(22.909)	(20.525)	-
Outras despesas administrativas (Nota 18)	(6.087)	(13.771)	(10.919)	-
Despesas tributárias	(3.034)	(5.424)	(4.217)	-
Resultado de participações em controlada (Nota 10)	1.787	2.560	2.945	-
Outras receitas operacionais (Nota19)	6.865	19.116	23.399	-
Outras despesas operacionais (Nota19)	(700)	(927)	(1.514)	-
Resultado operacional	43.136	42.651	37.824	-
Resultado não operacional (Nota 20)	81	320	685	-
Resultado antes da tributação	43.217	42.971	38.509	-
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21a)	(20.301)	(21.815)	(18.172)	-
Provisão para Imposto de renda	(5.464)	(5.944)	(1.378)	-
Provisão para contribuição social	(4.655)	(4.864)	(861)	-
Imposto fiscal diferido	(10.182)	(11.007)	(15.933)	-
Lucro líquido do semestre / exercício	22.916	21.156	20.337	-
Lucro por ações	0,1146	0,1058	0,1017	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	200.000	2.663	44.057	-	246.720
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.337	20.337
Destinação para reservas de lucros	-	1.017	19.320	(20.337)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.000	3.680	63.377	-	267.057
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.156	21.156
Destinação para reservas de lucros	-	1.058	20.098	(21.156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	200.000	4.738	83.475	-	288.213
Lucro líquido do 30º junho de 2018	-	3.680	63.377	-	(1.760)
Lucro líquido do semestre	-	1.058	20.098	-	22.916
Destinação para reservas de lucros	-	4.738	83.475	-	(288.213)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

11. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	Dezembro/18	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA - Scania Latin America	-	-
Serviços	-	(8)
Marketing	-	810
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(550)
Processamento de dados	-	(507)
Outras despesas administrativas	-	(87)
Divida subordinada (Nota 14c)	(80.137)	(5.433)
Depósito a prazo (Nota 12)	(421.034)	-
Rendas antecipadas	(1.887)	-
	(503.058)	(5.805)
Scania Corretora de Seguros	2.023	(210)
Caveas	161	-
Scania CV AB Internal Bank (Nota 13a)	350.859	-

b) Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.054 (R\$ 2.786 em 2017), a qual é considerada benefício de curto prazo.

	Dezembro/17	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA - Scania Latin America	-	-
Serviços	-	(13)
Marketing	-	277
Aluguel	-	(605)
Processamento de dados	-	(400)
Outras despesas administrativas	-	(73)
Divida subordinada (Nota 14c)	(80.303)	(8.401)
Rendas antecipadas	(2.336)	-
	(82.639)	(9.215)
Scania Corretora de Seguros	14	180
Scania Consórcio	(986)	-
Codeima Comercial	6.267	-
Suavea	1	-

12. Depósitos

	Dezembro/18	Dezembro/17
Depósito a prazo	429.200	-
Total de depósitos	429.200	-
Vencimento até 90 dias	60.532	-
Vencimento até 360 dias	256.813	-
Vencimento maior que 360 dias	111.855	-

13. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Obrigações por empréstimos no exterior

	Dezembro/18	Dezembro/17
Até 3 meses	40.859	-
De 3 a 5 anos	310.000	-
Total	350.859	-

Referem-se a captação de funding para operações de CDC junto a Scania CV AB Internal Bank (Nota 11).

b) Obrigações por empréstimos no país

	Dezembro/18	Dezembro/17
Até 3 meses	151.330	159.484
De 3 a 12 meses	405.621	446.